



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

ANO: 2015 | EDIÇÃO Nº 473 | ARIRANHA DO IVAÍ, quarta-feira, 09 de setembro de 2015.

DECRETO Nº. 126 /2015

SÚMULA: Concede Licença Prêmio à Servidor com base legal no Estatuto dos Servidores Municipais e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. SILVIO GABRIEL PETRASSI, no uso de suas atribuições legais, em especial ao Artigo 110 da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Valdeci de Fátima Amaral Varaldo, Agente Comunitária de Saúde da Rede Municipal conforme preceitua o Estatuto dos Servidores Municipais em especial ao Artigo nº 84 o qual concede 30 (trinta) dias remunerados preservando assim todos os direitos e vantagens percebidas pelo Servidor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de 14/09/2015, revogada as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivaí, aos oito dias do mês de setembro de 2015.

SILVIO GABRIEL PETRASSI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 127/2015

SÚMULA: Concede Licença Prêmio à Servidor com base legal no Estatuto dos Servidores Municipais e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. SILVIO GABRIEL PETRASSI, no uso de suas atribuições legais, em especial ao Artigo 110 da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Neide Alves de Matos e Silva, Auxiliar de Serviços Gerais da Rede Municipal conforme preceitua o Estatuto dos Servidores Municipais em especial ao Artigo nº 84 o qual concede 90 (noventa) dias remunerados preservando assim todos os direitos e vantagens percebidas pelo Servidor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de 14/09/2015, revogada as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivaí, aos oito dias do mês de setembro de 2015.

SILVIO GABRIEL PETRASSI
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

Lei 532/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição do SIMPOA Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, define normas e critérios para a elaboração, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos comestíveis de origem animal no Município de Ariranha do Ivaí/PR e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ, por seus Representantes na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu, Prefeito Municipal Sanciono a Seguinte:

Art. 1º. - Fica instituído o SIMPOA – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal do Município de Ariranha do Ivaí/PR. e define normas que regulam o registro e a inspeção dos estabelecimentos que produzam matéria-prima, manipulam, industrializam, distribuem e comercializam produtos de origem animal no âmbito do Município de Ariranha do Ivaí, Estado do Paraná, cabendo sua implantação e funcionamento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agricultura.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal – SIMPOA será responsável pela fiscalização das atividades de elaboração, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos comestíveis de origem animal no Município de Ariranha do Ivaí/PR.

CAPÍTULO I DO REGISTRO DA INSPEÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

Seção I

Do Registro

Art. 2º. - O SIMPOA – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal terá como competência:

I – Regulamentar e normatizar;

- A implantação e construção, a reforma e o aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal;
- O transporte de produtos de origem animal in natura, industrializados ou beneficiados;
- A embalagem e rotulagem de produtos de origem animal;
- Executar a inspeção sanitária de produtos de origem animal;
- Conceder o registro e o certificado de registro dos estabelecimentos e produtos de origem animal;
- Executar a inspeção sanitária do fracionamento e embalagem dos produtos de origem animal.

II – Fiscalizar os estabelecimentos e produtos e promover a inspeção industrial e sanitária dos mesmos.

Art. 3º. - Sujeitam-se ao registro SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal todos os estabelecimentos que abatem animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem, industrializem a carne, o pescado, o leite, o mel, o ovo, a cera de abelhas e todos os respectivos subprodutos derivados, conforme classificação constante desta Lei, e que não possuem registro nos Serviços de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIP).

§ 1º - O registro dos estabelecimentos de que trata o caput deste artigo é privativo do SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal e será expedido somente após cumpridas todas as exigências constantes desta Lei e do respectivo regulamento.

§ 2º - O Alvará de Registro dos estabelecimentos será válido enquanto satisfazer as exigências legais, e o Certificado de Registro dos produtos de origem animal terá validade de 5 (cinco) anos, ambos devendo ser renovados nos termos de regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo, através da expedição de Decreto.

§ 3º - Todas as solicitações e requerimentos dirigidos ao SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, para fins de registro e renovação, deverão ser analisados e respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. - O Registro dos estabelecimentos de produtos de origem animal pelo SIMPOA -Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, isenta-os de qualquer outro registro municipal.

Art. 5º. - Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeito da presente Lei, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados, rotulados com



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, os ovos, o mel, a cera de abelha, o própolis e outros produtos apícolas, o leite e seus derivados, o pescado e seus derivados, bem como os produtos utilizados para a sua industrialização.

Art. 6º. - Além do registro a que se refere o artigo anterior, todo estabelecimento deverá registrar seus produtos atendendo as exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal.

Art. 7º. - Os estabelecimentos de produtos de origem animal deverão ter seus projetos arquitetônicos e ou lay-out, analisados e vistoriados pelo setor competente do Departamento Municipal de Agricultura nos termos de sua regulamentação.

Art. 8º. - As construções de estabelecimentos processados de alimentos obedecerão exigências mínimas recomendadas pelo Serviço de Inspeção Municipal, observando a sua regulamentação.

§ 1º - Para regulamentação das exigências deste artigo, poderá ser aplicado, no que couber, o previsto nas normas estaduais e federais relativas ao controle da produção alimentícia.

§ 2º - Uma vez inscritos, os estabelecimentos que precisam fazer alterações em suas instalações, além das exigências legais vigentes, deverão solicitar autorização prévia do SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, instruindo seu pedido com memorial descritivo e projeto básico simplificado.

§ 3º - As alterações que forem autorizadas pelo SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, deverão ser procedidas dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo haver prorrogações a critério do órgão de inspeção, levando-se em consideração a linha de produção e situações específicas.

Art. 9º. - As autoridades municipais não permitirão o início de construção, ampliação de reforma de qualquer estabelecimento de produtos de origem animal, sem que os projetos tenham sido devidamente aprovados pelo órgão competente, cumpridas todas as exigências legais.

Parágrafo Único. O SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, realizará inspeções periódicas das obras em andamento nos estabelecimentos em construção ou em reformas, tendo em vista o projeto aprovado.

Seção II Da Inspeção

Art. 10. - O Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Ariranha do Ivaí, será designado, sempre que conveniente pela sigla SIMPOA.

Art. 11. - A Coordenação e as atividades de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal deverão ser efetuadas por profissionais habilitados em medicina veterinária e ou nas áreas cuja legislação atribua esse tipo de atuação.

Art. 12. - O SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, poderá estabelecer, a seu critério as análises rotineiras necessárias para cada produto, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes, devendo, para tanto, ser dotado da estrutura necessária.

Seção III Da Classificação

Art. 13. - Os estabelecimentos sujeitos ao dispositivo na presente Lei classificam-se em:

I – estabelecimentos de carnes e derivados, compreendendo:

- Matadouros: são os estabelecimentos dotados de instalações com refrigeração, para matança de animais de qualquer espécie, visando ao fornecimento de carne in natura para açougues;
- Matadouros-frigoríficos: são os estabelecimentos especificados na alínea anterior, mas já dotados de equipamentos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;
- Estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos destinados à transformação de matéria-prima para a elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano ou animal, incluindo-se as charqueadas, fábricas de produtos suínos, fábricas de produtos gordurosos, fábrica de produtos não comestíveis e outras;
- Entrepósitos de carnes e derivados: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, fracionamento, guarda, conservação, acondicionamento, distribuição e manipulação de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açogue e outros animais.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

II – estabelecimento de pescados e derivados, compreendendo:

- a) Entrepósitos de pescados e derivados: são os estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;
- b) Estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

III – estabelecimentos de leite e derivados, compreendendo:

- a) Propriedades rurais: são os estabelecimentos destinados à produção de leite e seus derivados, obedecendo normas específicas para cada tipo: beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição;
- b) Entrepósitos de leite e derivados são: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, resfriamento, envase, concentração, desnate, coagulação de leite, do creme e outras matérias-primas para depósito por outro tempo e posterior transporte para a indústria;
- c) Estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, fabricação, conservação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluindo-se as usinas de beneficiamento e fábricas de laticínios.

IV – estabelecimentos de mel e cera de abelhas, compreendendo:

- a) Apiário: conjunto de colméias, materiais e equipamentos, destinados ao manejo das abelhas e à produção de mel, cera, pólen, geléia real e outros;
- b) Casas do mel: são os estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinadas aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, em mel e cera de abelhas: envase e estocagem;
- c) Entrepósitos de mel e cera de abelhas: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização de mel e seus derivados

V – Estabelecimentos de ovos e derivados compreendendo:

- a) Granjas avícolas: são os estabelecimentos destinados à produção de ovos, que fazem comercialização direta ou indireta de seus produtos;
- b) Estabelecimentos industriais: são os estabelecimentos destinados ao recebimento e à industrialização de ovos;
- c) Entrepósitos de ovos: são os estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos in natura.

Seção IV Da Rotulagem

Art. 14. Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio ou ao consumidor devem estar identificados por meio de rótulo.

Art. 15. Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada sobre a matéria-prima ou na embalagem.

Art. 16. O rotulo para os produtos de origem animal deve conter as seguintes informações:

- I – Nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;
- II – nome da firma ou empresa responsável;
- III – natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação prevista em Lei;
- IV – carimbo oficial da inspeção sanitária municipal;
- V – endereço e telefone do estabelecimento;
- VI – marca comercial do produto;
- VII – data de fabricação do produto;
- VIII - a expressão “prazo de validade” “ou consumir até”;
- IX – peso líquido;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

X – composição e forma de conservação do produto;

XI – os termos “indústria brasileira”;

XII – nome e número de inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) do responsável técnico;

XIII – demais disposições aplicáveis.

Art. 17. Os produtos destinados à alimentação animal devem apresentar o rótulo em cor vermelha, a inscrição “alimentação animal”.

Art. 18. Os produtos e matérias-primas de origem animal, procedem de estabelecimentos sob inspeção municipal, satisfeitas as exigências da legislação em vigor, podem ser expostos ao consumo e comercializados em qualquer parte do território municipal.

Seção V Das Obrigações

Art. 19. Ficam os proprietários ou representantes legais dos estabelecimentos de que trata a presente Lei obrigados a:

I – cumprir e fazer cumprir todas as exigências nela contidas;

II – fornecer, quando necessário ou solicitado, material adequado e suficiente para a execução dos trabalhos de inspeção;

III – acatar todas as determinações da inspeção sanitária, quanto ao destino dos produtos condenados;

IV – manter e conservar o estabelecimento em acordo com as normas desta Lei;

Art. 20. Para a realização das atividades previstas na presente Lei serão cobradas taxas conforme a legislação tributária do Município.

Parágrafo Único. Os casos omissos no presente artigo serão resolvidos pela Coordenação do SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, através do Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento.

CAPÍTULO II DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL

Art. 21. A regulamentação da Inspeção Sanitária, nos estabelecimentos mencionados no art. 3º desta Lei, será estabelecida por ato do Poder Executivo e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agricultura específico para cada espécie ou produto de origem animal.

CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 22. As infrações ao disposto na presente Lei serão punidas administrativamente, sem prejuízo da ação criminal, quando for o caso.

Art. 23. Além das infrações já previstas, incluem-se como tais, atos que procurem impedir, dificultar, burlar ou embaraçar a ação dos servidores da inspeção municipal.

Art. 24. As penalidades administrativas a serem aplicadas serão, conforme o caso:

I – advertência;

II – apreensão e/ou condenação dos produtos;

III – Suspensão ou interdição permanente ou temporária do estabelecimento; e,

IV – Cancelamento do registro.

§ 1º - As penalidades previstas nos incisos do caput deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

§ 2º - São competentes para a prática dos atos de apreensão e/ou condenação de produtos todos os agentes públicos designados para tal finalidade.

§ 3º - O "Auto de Infração", documento gerador do processo punitivo, deverá ser mencionada a falta cometida e o dispositivo infringido para tomada das providências cabíveis.

§ 4º - Em todos os casos de atuação, os autuados terão o prazo de 10 (dez) dias, para apresentar sua defesa junto ao SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal;

§ 5º - Caso no curso ou ao final do processo administrativo, haja desclassificação da infração para outra será aproveitado o processo administrativo inicial em tudo o que couber desde que não resulte prejuízo a defesa do infrator.

Art. 25. A suspensão da inspeção, a interdição temporária do estabelecimento ou a cassação do registro serão aplicados quando a infração for provocada por negligência manifesta, reincidência culposa ou dolosa e tenha alguma das seguintes características:

I – cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou embaraço à ação fiscalizadora;

II – consista na adulteração ou falsificação do produto; e,

III – resulte comprova por inspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade do estabelecimento permanecer em atividade.

Art. 26. As penalidades a que se refere a presente Lei serão gravadas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando esta medida couber, nem tampouco da respectiva ação criminal.

Art. 27. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo de outras que por, Lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública, policial ou de defesa do consumidor.

Art. 28. O descumprimento das responsabilidades dos agentes da inspeção municipal será apurado pela Coordenação do SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, á qual compete iniciativa das providências cabíveis pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Agricultura.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Para possibilitar a comercialização em todo o Estado dos produtos mencionados no art. 5º, o Município poderá firmar, através do Serviço de Inspeção Municipal, convênios ou acordos de natureza afim com o governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e demais órgãos de fiscalização estaduais cujas atividades digam respeito ao objeto desta Lei.

Art. 30. Na falta ou omissão de regulamento próprio Municipal, aplicam-se no que couber, subsidiária ou supletivamente as normas Estaduais e Federais sobre a matéria.

Art. 31. Caberá ao Poder Executivo e ao Secretário Municipal de Desenvolvimento e Agricultura a regulamentação desta Lei em que couber, inclusive a inspeção, fiscalização de outros produtos e alimentos de origem animal não compreendidos por esta Lei, mediante proposta prévia do SIMPOA - Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal.

Art. 32. Serão destinados recursos orçamentários suficientes, pessoal técnico e administrativo, necessários à execução da inspeção sanitária de que trata esta Lei, correndo por dotação orçamentária própria, suplementação se necessário.

Art. 33. Esta Lei entrará em vigor após a data de sua publicação.

Art. 34. Esta Lei será regulamentada dentro do prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, pelo chefe do Poder Executivo e pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Agricultura de Ariranha do Ivaí/PR.

Edifício da Prefeitura do Município de Ariranha do Ivaí, Estado do Paraná, aos nove e dias do mês de setembro de dois mil e quinze (09/09/2015).

Silvio Gabriel Petrassi
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ - PARANÁ

Rua Miguel Verenka, 140 - CEP - 86880-000 • e-mail: municipio@ariranhadoivai.pr.gov.br

Fone/fax - 43-3433-1013 - 3433-1165 • www.ariranhadoivai.pr.gov.br

Os atos oficiais publicados são assinados digitalmente.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

Lei 533/2015

SÚMULA: Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Ariranha do Ivaí, para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências

O POVO DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ, por seus Representantes na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e, eu, Prefeito Municipal Sanciono a Seguinte:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento, crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, para cobertura da despesa abaixo relacionada:

06. Secretaria Municipal de Manutenção Rodoviária
 06.002. Departamento de Manutenção de Frotas
 28.843.0000.9.065. Atividades do Departamento de Manutenção da Frota
 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo **R\$ 50.000,00**
 000.01.07.00.00. Recursos Ordinários (Livres)

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado o **CANCELAMENTO TOTAL/PARCIAL** das seguintes dotações:

08. Secretaria Municipal de Saúde
 08.003. Departamento de Programas de Saúde
 10.301.1001.2043. Encargos Ações de Saúde Recursos Livres
 3.3.90.39.00.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **R\$ 30.000,00**
 000.01.07.00.00. Recursos Ordinários (Livres)

10. Secretaria Municipal de Assistência Social
 10.005. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 08.244.0802.2077. Implantação e Manutenção do CRAS
 3.3.90.30.00.00. Material de Consumo **R\$ 10.000,00**
 000.01.07.00.00. Recursos Ordinários (Livres)

11. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes
 11.001. Departamento de Cultura
 13.392.1301.2061. Atividades do Departamento de Cultura
 3.3.90.30.00.00. Material de Consumo **R\$ 10.000,00**
 000.01.07.00.00. Recursos Ordinários (Livres)

Art. 3º - Das alterações constantes dessa **LEI** ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4º - Esta **LEI** entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Ariranha do Ivaí, Estado do Paraná, aos nove e dias do mês de setembro de dois mil e quinze (09/09/2015).

Silvio Gabriel Petrassi
 Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ

Em conformidade com Lei Complementar Estadual nº 137/2011, Lei Municipal nº 402/2012, que alterou o art. 37 da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Municipal nº 403/2012.

Lei 534/2015

SÚMULA: Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por **SUPERÁVIT FINANCEIRO** no Orçamento do Município de Ariranha do Ivaí, para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências

O POVO DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA DO IVAÍ, por seus Representantes na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e, eu, Prefeito Municipal Sanciono a Seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento, crédito adicional suplementar por **SUPERÁVIT FINANCEIRO**, para cobertura da despesa abaixo relacionada:

02. Secretaria Municipal de Governo	
02.001. Chefe de Gabinete	
04.122.0401.2.003 Atividades do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.14.00.00 Diárias - Pessoal Civil	R\$ 8.000,00
000.01.07.00.00 Recursos Ordinários Livres	
07. Secretaria Municipal de Educação	
07.001. Departamento de Ensino	
12.361.1201.2.029 Atividades Ensino Fundamental Recursos MDE 25%	
3.3.90.32.00.00 Material, bem e serviço para distribuição gratuita	R\$ 26.000,00
000.01.07.00.00 Recursos Ordinários Livres	
07. Secretaria Municipal de Educação	
07.001. Departamento de Ensino	
12.361.1201.2.026 Atividades Transporte Escolar Recursos MDE	
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo	R\$ 25.000,00
000.01.07.00.00 Recursos Ordinários Livres	
09. Secretaria Municipal de Obras e Serviços	
09.002. Departamento de Serviços Públicos	
04.122.0401.2.050 Atividades do Departamento de Obras	
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo	R\$ 40.000,00
000.01.07.00.00 Recursos Ordinários Livres	
10. Secretaria Municipal de Assistência Social	
10.001. Departamento de Serviço Social	
08.243.0801.6.002 Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo	R\$ 1.000,00
000.01.07.00.00 Recursos Ordinários Livres	

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado o **SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**, no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.

Art. 3º - Das alterações constantes dessa **LEI** ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4º - Esta **LEI** entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Ariranha do Ivaí, Estado do Paraná, aos nove e dias do mês de setembro de dois mil e quinze (09/09/2015).

Silvio Gabriel Petrassi
Prefeito